

Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico

Portrait Mother's Narratives in the Academic Context

Elenir Lindaura da Silva^a; Priscila Benitez^a; Táhcita Medrado Mizael^b; Mara Silvia Pasian^{*a}

^aUniversidade Federal do ABC. SP, Brasil.

^bUniversidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Experimental. SP, Brasil.

*E-mail: mara.pasian@ufabc.edu.br

Resumo

Questões relacionadas ao gênero, especificamente, sobre o fator maternidade, têm sido documentadas como desafios importantes para serem superados no ambiente acadêmico e, portanto, demandam investigações para garantia de ações que gerem apoios e condições favoráveis para o desenvolvimento da formação acadêmica com condições com maior equidade. O trabalho traz uma reflexão sobre o espaço de mães em uma universidade pública brasileira, enquanto protagonistas do seu processo educacional, possibilitando assim, a construção de possíveis fatores de proteção que garantam a em equidade aos demais estudantes. Participaram do estudo nove mães acadêmicas que responderam a um questionário e/ou uma entrevista semiestruturada. Os resultados foram analisados em quatro temas disparadores acerca (1) da caracterização das mães participantes, por meio da rotina pessoal e organização familiar e socioeconômica, (2) situação acadêmica por meio da análise do histórico acadêmico, (3) rede de apoio social e histórico de saúde, (4) permanência universidade e os desafios relacionados à maternidade e universidade. De maneira geral, os dados identificaram a ocorrência de múltiplas atribuições das mães universitárias, que se somam às atividades acadêmicas: a maternidade, as atividades domésticas e trabalho extra universidade. Espera-se que os achados contribuam para a construção de um ambiente mais inclusivo, que respeite a maternidade e contribua para mais investigações e reflexões. O acesso da mãe brasileira à universidade é um tema relevante a ser investigado na realidade atual para garantir apoios que favoreçam a permanência, conclusão dos estudos e sucesso acadêmico e profissional das mulheres universitárias.

Palavras-chave: Maternidade. Educação Superior. Inclusão. Gênero.

Abstract

Gender-related issues, specifically about the maternity factor, have been documented as important challenges to be overcome in the academic environment and, therefore, demand investigations to guarantee actions that generate support and favorable conditions for the development of academic training with conditions with greater equity. The work brings a reflection on the space of mothers in a Brazilian public university, as protagonists of their educational process, thus enabling the construction of possible protective factors that guarantee equality to other students. Nine academic mothers who answered a questionnaire and/or a semi-structured interview participated in the study. The results were analyzed in four trigger themes about (1) the characterization of the participating mothers, through personal routine and family and socioeconomic organization, (2) academic situation through analysis of academic history, (3) social support network and health history, (4) university permanence and challenges related to motherhood and university. In general, the data identified the occurrence of multiple attributions of university mothers, which are added to academic activities: motherhood, domestic activities and extra-university work. It is hoped that the findings contribute to the construction of a more inclusive environment, which respects motherhood and contributes to further investigations and reflections. The access of the Brazilian mother to the university is a relevant topic to be investigated in the current reality to guarantee support that favors the permanence, completion of studies and academic and professional success of university women.

Keywords: *Maternity. College Education. Inclusion. Gender.*

1 Introdução

O acesso da mulher brasileira à universidade é palco de investigação e preocupação, desde a década de 70 (BARROSO; MELLO, 1975) e tema relevante a ser investigado na realidade atual para garantir apoios que favoreçam à permanência, conclusão dos estudos e sucesso acadêmico e profissional das mulheres universitárias. O presente artigo levanta e discute sobre a questão de gênero da educação superior no Brasil, com discussões e reflexões da mulher universitária enquanto protagonistas do seu processo educacional, possibilitando assim, a visão para a construção de

possíveis fatores de proteção que garantam a permanência das mesmas na universidade e em equidade aos demais estudantes e seus desdobramentos no mercado de trabalho.

Para entender melhor, é importante elucidar um pouco da jornada da escolarização e trabalho da mulher na sociedade. Nos anos 90, dois terços das crianças e mulheres eram analfabetas em diversos países, de acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990). Uma das formas de explicar as disparidades de gênero no Brasil e em outros países é a partir do conceito de divisão do trabalho. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é consequência

das relações sociais analisadas a luz do sexo, no qual as mulheres estão relacionadas à esfera reprodutiva, enquanto os homens ao produtivo. A divisão social do trabalho nessa perspectiva estruturou dois princípios de análise, a destacar, o de separar o trabalho para o homem e para a mulher, bem como hierarquizar o trabalho de um homem, em relação àquele produzido por uma mulher.

O papel da mulher, ao longo do processo histórico, passou por modificações sociais, sobretudo com o fim do período feudal e o avanço do capitalismo (DYBLE et al., 2015). O papel social da mulher foi remodelado, principalmente, em relação ao fator da maternidade e aos trabalhos domésticos. Assim, foi sendo estruturado um perfil de desigualdade social, em que o capitalismo avança paralelo ao patriarcado (FEDERICI, 2017).

Atualmente, apesar do ingresso nas escolas e o aumento considerável das mulheres nas universidades, ainda persiste a ideia da mulher desempenhar os papéis destinados a cuidar das tarefas da casa, dos filhos e do marido, além de ser responsável por acompanhar as atividades escolares dos filhos e participar das reuniões, limpar e preparar as refeições da casa e atividades domésticas gerais. Já o papel dos homens destina-se a trabalhar fora de casa e receber remuneração, ser o responsável pelas finanças da casa, sem responsabilidades com os filhos e com a rotina da casa. Tal cenário estrutura portanto, desafios relacionados aos direitos à educação e ao trabalho de mulheres, principalmente, brasileiras, em um contexto marcado pelas desigualdade sociais.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013), o número de mulheres que ingressam na educação superior é maior, em relação ao número de homens ingressantes, o que mostra uma grande diferença em comparação com os dados obtidos até a década de 1990. Além disso, ainda de acordo com os dados do INEP (2013), o percentual médio de ingresso de universitárias até 2013 foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais, em comparação aos 45% de homens matriculados na educação superior. Se a análise for feita para concluintes, entre homens e mulheres, o índice sobe para 60% de concluintes do sexo feminino, em comparação a 40% do sexo masculino.

Embora o direito à educação de mulheres tenha ampliado, é possível analisar que a divisão sexual do trabalho ainda perdura no contexto brasileiro. Apesar do número de mulheres ingressantes nos cursos de graduação seja maior que o dos homens, as estatísticas mostram que as mulheres são maioria em profissões consideradas “do cuidado”, como enfermagem, psicologia, assistência social, fonoaudiologia, educação, entre outros cursos (WERMELINGER et al., 2010). Ao mesmo tempo, os homens são maioria nas áreas de exatas e nas chamadas ciências “duras”, particularmente as áreas chamadas de STEM (*science, technology, engineering, mathematics* - ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Em conformidade aos dados do Censo da Educação Superior de 2019, mais de 70% das concluintes das áreas de “Educação” e “Saúde e Bem-Estar” eram do sexo feminino, enquanto que mais de 86% dos homens concluintes eram das áreas de “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação” (INEP, 2020). Além disso, pode-se também argumentar que os homens são minoria como ingressantes dos cursos de graduação, pois ainda há um endosso a noção de que os homens devem ser os provedores da família e, portanto, precisariam trabalhar ainda jovens, o que, muitas vezes, impede que os homens cursam uma graduação, especialmente entre a camada mais pobre.

Em termos mundiais, o estudo de Beeler et al. (2019) revelou que as mulheres representam menos de 30% dos cientistas e ocupam 24% dos cargos de professores titulares. Nesse sentido, quanto mais alta a posição acadêmica (e.g. editora de periódico, bolsista produtividade, coordenadora de chamadas que envolvem financiamentos com milhões de reais), menor o número de mulheres nessas posições, mesmo em áreas consideradas tradicionalmente femininas, como a Psicologia (LAURENTI et al., 2019). Para dar um exemplo com relação a maternidade, em diversas pesquisas, mulheres que se tornaram mães se queixam que suas carreiras foram prejudicadas, uma vez que, nos processos seletivos, o tempo no qual as mães permanecem em licença é considerado como “tempo hábil para o trabalho”, levando-as a ter menor produção e, portanto, obterem menores oportunidades de ascensão em cargos e/ou menores possibilidades de serem contratadas, especialmente quando relatam ter crianças pequenas (LAURENTI et al., 2019).

A discussão acerca da maternidade pode ser compreendida por vias distintas, de acordo com o contexto histórico da luta feminista. Uma possibilidade seria entendê-la enquanto meio de dominação corporal, dentre o qual, torna-se necessário empoderar as mulheres sobre as suas respectivas maternidades. O *Parent in Science*, grupo que vem abordando questões relacionadas a maternidade e ciência e que já organizou duas edições do evento, nos anos de 2018 e 2019, respectivamente, discutiu sobre o impacto da maternidade na carreira acadêmica e científica das mulheres brasileiras. O propósito do grupo visa a geração de debates sobre a maternidade e paternidade no âmbito da ciência brasileira, no sentido de entender o impacto dos filhos na carreira científica tanto de mulheres, como de homens.

Os dados discutidos em dois estudos anteriores (ANDRADE; PRAUN; AVOGLIA, 2018; VANALLI; BARHAM, 2012) foram corroborados no estudo de Silva e Ribeiro (2014), em relação ao papel da mulher mãe para as questões de trabalho e relações familiares. Silva e Ribeiro (2014) centralizaram seu estudo sobre a trajetória acadêmica e profissional das mulheres no âmbito científico e identificaram preconceitos como reconhecimento de brincadeiras sexistas e o adiamento ou recusa da maternidade, o que justifica que a

trajetória das mulheres investigadas foi construída com base em valores e padrões masculinos de produção, que dificultam a participação das mulheres na ciência. Ainda, de acordo com Ecklund e Lincoln (2011) de um total de 3.455 cientistas investigadas, entre estudantes de pós-graduação, bolsistas de pós-doutorado e professoras universitárias com doutorado, os dados revelaram que as mulheres cientistas têm interesse em ter mais filhos, mas devido a sua carreira científica, priorizam ter um número melhor de filhos.

Atualmente, sobre a questão da maternidade e a evolução acadêmica e profissional da mulher, o artigo *Impact of COVID-19 on academic mothers* (STANISCUASKI et al., 2020) trouxe uma reflexão sobre o quão a mulher mãe foi mais penalizada com o quadro global de pandemia, uma vez que as mesmas apresentaram sobrecarga de demandas, como a educação dos filhos em casa, as tarefas domésticas, além do trabalho remunerado.

Considerando a falta de apoio e ações de permanência para garantir a equidade em instituições de ensino para questões de gênero em comitês gestores (BEELER et al., 2019), as dificuldades relacionadas ao duplo papel maternidade e seguimento acadêmico (MENEZES et al., 2012), as relações de trabalho e as rotinas familiares (ANDRADE; PRAUN; AVOGLIA, 2018; SILVA; RIBEIRO, 2014; VANALLI; BARHAM, 2012); a assídua presença dos valores e padrões masculinos nos espaços acadêmicos de construção de ciência (SILVA; RIBEIRO, 2014) e a importância de garantia de políticas de permanência no âmbito universitário para mulheres mães matriculadas em universidades públicas (ECKLUND; LINCOLN, 2011; URPIA; SAMPAIO, 2009), o presente estudo teve como objetivo refletir sobre o espaço das mulheres mães em uma universidade pública da região metropolitana brasileira, enquanto protagonistas do seu processo educacional. Um objetivo específico foi identificar, em suas narrativas, fatores de apoio que auxiliem

na permanência universitária e conclusão dos estudos, em equidade aos demais estudantes, assim como os desafios e estratégias traçadas para superá-los.

2 Material e Métodos

2.1 Considerações éticas

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do ABC (CAAE: 03599418.5.0000.5594, Parecer nº 3.157.755).

2.2 Participantes

Participaram do estudo nove estudantes mães matriculadas em uma universidade pública federal da região metropolitana de São Paulo. Os critérios adotados para seleção foram: a) matrícula em graduação de uma universidade pública, b) ter filhos e/ou estar gestante. O recrutamento ocorreu por meio de divulgação da pesquisa por redes sociais e coletivos universitários. Todas as estudantes estavam matriculadas na mesma instituição no momento da coleta de dados da pesquisa.

2.3 Instrumentos de pesquisa

A coleta de dados utilizou dois instrumentos de pesquisa, um questionário e uma entrevista semiestruturada. Tanto o questionário como o roteiro da entrevista semiestruturada abordaram os mesmos conteúdos, a diferença foi referente ao aprofundamento de cada assunto durante a aplicação da entrevista, a despeito dos dados coletados via questionário online. Os instrumentos de pesquisa foram utilizados de maneira independente, ou seja, se a mãe participante optasse por responder apenas o questionário online, ou realizar apenas a entrevista, não seria excluída da amostra. O Quadro 1 caracteriza a amostra, evidencia as participantes que estavam trabalhando com remuneração no momento da pesquisa, e também quais participantes responderam ao questionário e/ou a entrevista.

Quadro 1 - Caracterização da amostra e tipo de instrumento respondido pelas participantes

	Idade	Estado civil	Filhos (n)	Atividade Remunerada	Questionário	Entrevista
M1	29	Casada	3			
M2	29	Divorciada	1	-		
M3	25	Solteira	1	-		
M4	23	Solteira	1	-		-
M5	32	Solteira	1	-		-
M6	24	Solteira	1	-		-
M7	27	Solteira	1	-		-
M8	39	Solteira	1			-
M9	26	Divorciada	2			

Fonte: dados da pesquisa.

As perguntas que continham no questionário foram utilizadas como roteiro para a realização da entrevista semiestruturada e seguiu basicamente quatro temas disparadores, a destacar: a) questões referentes à caracterização das participantes, em relação à idade, estado civil, curso em

que estavam matriculadas, renda familiar, número de filhos, se estavam trabalhando no momento, dentre outros; b) questões acadêmicas referentes à possibilidade de jubileamento, número de trancamentos de disciplinas, possibilidade de desistência, satisfação com o seu desempenho acadêmico; c) questões

referentes à rede de apoio social, como tratamento psicológico, satisfação com o exercício da maternidade, rede de apoio que contribua com os cuidados do(s) filho(s); d) questões legais sobre a permanência na universidade, como ida dos filhos para universidade, recebimento de auxílio financeiro pela universidade, situações desafiadoras devido à maternidade.

2.4 Procedimento de coleta e análise de dados

O recrutamento ocorreu por meio de divulgação nas redes sociais e coletivos universitários, conforme descrito no item anterior. O questionário foi aplicado em formulário online, divulgado nas mídias sociais, enquanto a entrevista semiestruturada foi aplicada conforme agendamento prévio com cada mãe/universitária.

Os dados foram analisados de acordo com as respostas coletadas com a aplicação do questionário e da entrevista e, posteriormente, foram agrupados por categorias temáticas. As entrevistas foram transcritas na íntegra para posterior análise no desenvolvimento deste trabalho. O Quadro 2 mostra a lógica da análise dos dados proposta, a partir dos quatro temas disparados coletados com os dois instrumentos de pesquisa.

Quadro 2 - Organização da análise das respostas do questionário e da entrevista

Tema Disparador	Perguntas	Categoria de Análise
1. Caracterização das participantes	Idade, estado civil, curso em que estavam matriculadas, renda familiar, número de filhos, se estavam trabalhando no momento.	1.1 Rotina pessoal 1.2 Organização familiar e socioeconômica
2. Situação acadêmica e análise de coeficientes de rendimentos	Possibilidade de jubramento, número de trancamento de disciplinas, possibilidade de desistência, satisfação com o seu desempenho acadêmico.	2.1 Histórico acadêmico
3. Rede de apoio social e histórico de saúde	Tratamento psicológico, satisfação com o exercício da maternidade, rede de apoio que contribua com os cuidados do(s) filho(s).	3.1 Histórico de saúde e rede de apoio
4. Permanência na universidade	Ida dos filhos para a universidade, recebimento de auxílio financeiro pela universidade, situações desafiadoras devido à maternidade.	4.1 Percepção pessoal sobre a relação entre maternidade e vida acadêmica 4.2 Auxílios legais 4.3 Sugestões de estratégias legais para permanência e conclusão de curso da mãe universitária.

Fonte: dados da pesquisa.

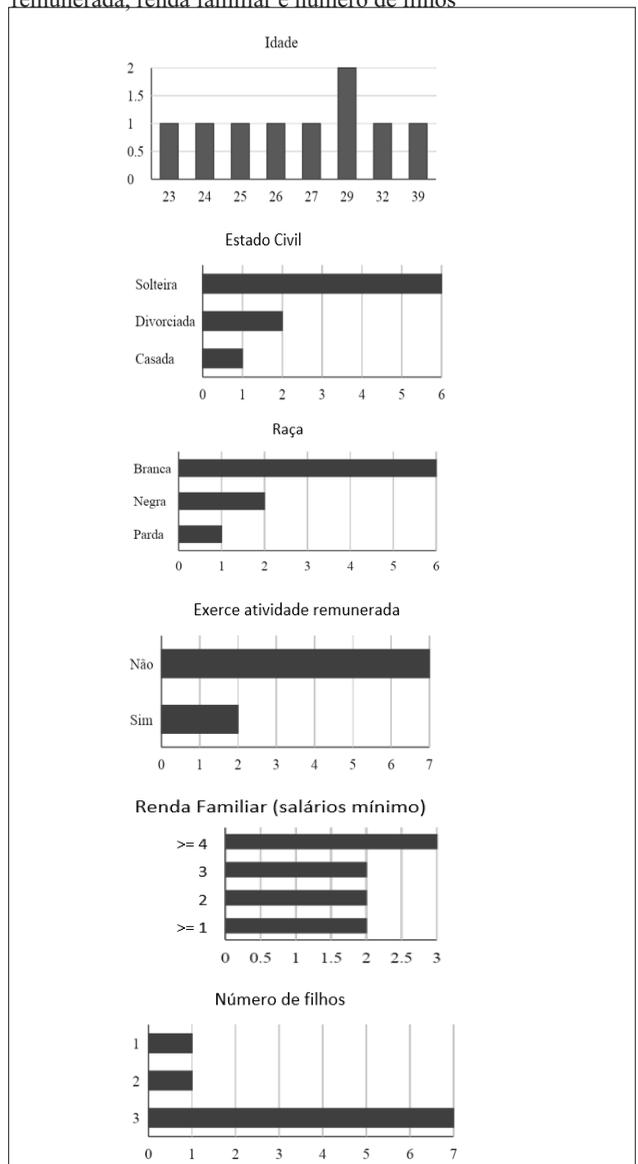
3 Resultados e Discussão

Os resultados foram apresentados de acordo com cada tema disparador (Quadro 2) e discutidos por tema.

3.1 Tema disparador 1 – Caracterização das participantes: Rotina pessoal e Organização familiar e socioeconômica

A Figura 1 caracteriza as mães universitárias participantes do estudo. Dentre as mães respondentes, M1, M4, M6, M7, M8 e M9 declararam-se como brancas, M5 e M2 como negras e M3 como parda. Com exceção de M1 que tem três filhos e M9 que tem dois, as demais participantes têm um filho cada. M3 e M4 responderam que tem uma faixa salarial menor ou igual a um salário mínimo. M5 respondeu ter renda maior que um salário mínimo e menor que dois. M7 e M9 declararam receber entre dois e três salários mínimos. As demais, acima de quatro salários mínimos.

Figura 1 - Caracterização da nove participantes em relação à idade cronológica, estado civil, raça, exercício da atividade remunerada, renda familiar e número de filhos



Fonte: dados da pesquisa.

Sobre a organização familiar, M3, M8 e M9 responderam que vivem sozinhas com seus filhos, enquanto as demais registraram que residem com familiares (algumas com membros da família de origem, outras da família atual). Em relação a organização socioeconômica, M1 relatou o seguinte: “trabalho em regime estatutário na Prefeitura, mas, apesar disso, ainda não tenho independência financeira. Moramos de aluguel e temos um padrão de vida razoavelmente tranquilo”.

A participante M9 também comentou que, apesar de viver em uma situação razoavelmente tranquila, precisa da bolsa para complementar a renda: “Atualmente eu estou no estágio, mas só com a bolsa eu não conseguiria manter a mim e as crianças. Eu recebo a pensão dos meninos, dou aula no Estado como professora eventual. Moro de aluguel e vivo num padrão razoável” (M9). Os desafios postos no cotidiano das mães investigadas permitem refletir sobre a tripla jornada, em relação à maternidade e aos cuidados domésticos, trabalho acadêmico e atividades profissionais extra universidade. Tais fatores implicam diretamente na qualidade de vida das mães, principalmente, em relação aos aspectos relacionados à saúde da mulher. Como apontaram Vanalli e Barham (2012, p.137), “esse quadro é preocupante, uma vez que a situação de sobrecarga entre mulheres profissionais com filhos pequenos provavelmente seja crônica durante vários anos, podendo afetar o bem estar destas e possivelmente a qualidade das relações familiares”.

Com relação aos estudos que investigaram mudanças na carreira e vida das mulheres após a maternidade, Vanalli e Barham (2012) investigaram vivências de 40 professoras após o retorno da licença maternidade, mães de filhos com até dois anos de idade. Dentre os resultados listados, a sobrecarga que as professoras mães enfrentam revelou a importância de rever a divisão do trabalho familiar.

Andrade, Praun e Avoglia (2018), por sua vez, investigaram o sentido do trabalho para mulheres que tinham retornado ao trabalho, após o período de licença maternidade, por meio de um estudo de caso com 13 servidoras no âmbito educacional. Os resultados identificaram a valorização do trabalho pelas participantes entrevistadas, além de uma perspectiva afetiva ao campo educacional e, como fator preocupante, os autores destacaram que a mulher não é reconhecida em seus trabalhos domiciliares, pois os mesmos continuam sendo tratados como “coisas de casa”.

Sobre mulheres que se tornaram mães durante sua trajetória acadêmica Uripia e Sampaio (2009) identificaram os desafios de quatro mães universitárias, com idades entre 19 e 25 anos, para conciliarem a maternidade e a vida acadêmica. As autoras ressaltam a importância de investimento de políticas de assistência social como ação afirmativa efetiva de permanência e conclusão para tal público-alvo. Assim, a análise acerca da caracterização das mães participantes do estudo dialogaram aos dados de desigualdade da divisão sexual do trabalho identificada por Sousa e Guedes (2016), no

contexto das mulheres brasileiras.

Um momento de debate com ações que visem trazer à tona tal discussão, em termos de saúde mental, pode ser garantidos nos espaços universitários, sobretudo com a equipe de assistência estudantil, em seções que envolvam o trabalho psicossocial preventivo. Tal discussão corrobora dados de estudo prévio (VANALLI; BARHAM, 2012) sobre as responsabilidades da mãe, após o seu retorno da licença maternidade.

Assim, os dados discutidos neste tópico, em relação às múltiplas jornadas e atribuições das mães universitárias replicou achados anteriores com o mesmo público (URPIA; SAMPAIO, 2009) e em como essas múltiplas jornadas têm afetado no rendimento acadêmico das mulheres mães universitárias.

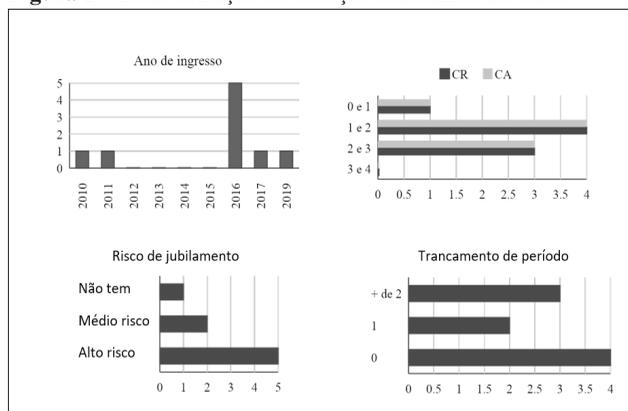
3.2 Tema disparador 2 – Situação acadêmica por meio da análise de coeficientes de rendimento

Uma parte da informação levantada se referiu à trajetória acadêmica individual das mães. Das nove mães respondentes, oito cursavam a graduação. Apenas M5 tinha concluído o Bacharelado Interdisciplinar (BI) e cursava uma graduação específica, as demais ainda cursam o BI. Com exceção de M2 que cursava o Bacharelado em Ciências e Humanidades, as demais cursavam o Bacharelado em Ciências e Tecnologia. A mãe que cursava a pós-graduação estava matriculada no Mestrado em Ciências Humanas e Sociais. É importante ressaltar que a Universidade alvo do estudo tem em sua concepção de Projeto Pedagógico uma estrutura vinculada a um curso de ingresso denominado como interdisciplinar, contendo uma base comum de disciplinas, para posterior acesso aos cursos específicos.

Uma análise que foi realizada se referiu ao Coeficiente de Rendimento (CR) de cada mãe, assim como ao Coeficiente de Aproveitamento (CA). De acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, o CR se refere ao “quociente da somatória dos conceitos de cada disciplina cursada multiplicados pelos seus respectivos números de créditos, e normalizado pelo número total de créditos cursados. Dessa forma, o CR de um aluno varia de 0 a 4”. O CA se refere a “um número indicativo da média dos melhores conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno. O cálculo do CA é similar ao do CR, entretanto, no caso de disciplina realizada mais de uma vez, somente se contabiliza o melhor conceito obtido”.

A Figura 2 caracteriza a trajetória acadêmica das mães, em relação ao ano de ingresso, ao CR e CA, número de trancamento de período e situação para jubramento. No último caso, como medida preventiva, existe um programa na universidade de auxílio ao estudante que o notifica sobre o risco de jubramento, por meio de um e-mail.

Figura 2 - Caracterização da situação acadêmica das mães



Fonte: dados da pesquisa.

Das oito mães que cursavam a graduação, cinco já tinham sido notificadas sobre o risco de jubileamento. Apenas uma ainda não tinha recebida a notificação e duas não tinham sido notificadas formalmente pela instituição. Os dados de desempenho acadêmico geram reflexões sobre as dificuldades e excesso de atividades impostas por ser mãe e mulher, ao assumirem uma tripla jornada, acabam prejudicando os prazos e os rendimentos impostos pela universidade em termos institucionais

De acordo com o estudo divulgado por Beeler et al. (2019), de 541 instituições investigadas em 38 países diferentes, 77% das instituições de ensino que passaram pela avaliação não apresentavam qualquer política de ação afirmativa relacionada ao gênero, em seus comitês gestores. Ademais, em termos mundiais, o estudo revelou que as mulheres representam menos de 30% dos cientistas e ocupam 24% dos cargos de professores titulares. Isso remete ao termo utilizado teto de vidro que se refere às barreiras atitudinais permeadas de atitudes discriminatórias (GARCIA, 2011) que impedem a implementação de ações afirmativas e de apoio à permanência estudantil, principalmente, como no caso do público-alvo envolvido no estudo.

3.3 Tema disparador 3 – Rede de apoio social e histórico de saúde

Das nove participantes, apenas M7 não tinha realizado até o momento o acompanhamento psicológico ao longo de sua vida, todas as demais realizaram tal tratamento. Durante as entrevistas foi possível analisar um quadro desafiador com a saúde das mães após o ingresso na universidade. M1 relatou: “Durante a aula, eu começava a me perder no conteúdo. Já tive crises durante as provas, de deixá-la na mesa e só sair da sala e depois, quando eu estava calma, eu conseguir pensar e resolver” (M1). M3 explicou que após sua entrada na universidade, conciliar a maternidade com as atividades acadêmicas foi um fator desafiador: “Eu emagreci demais. Ficava estressada com tudo, não conseguia dar conta das listas e isso me incomodava muito” (M3).

A participante M9 relatou que: “Depois que entrei na UF eu tive várias crises que não tinha antes, de isolamento,

de choro, de raiva. Além do psicológico, me descobri com gastrite nervosa, enxaqueca e tonturas e as ansias se tornaram mais frequentes”. M3 reportou ausência de rede de apoio para contribuir nos cuidados com a sua filha. Em suas palavras: “nunca tive nenhuma rede de apoio. Nunca tive ninguém para poder contar para ficar com a minha filha, ou para buscá-la na creche ou para me ajudar quando estivesse doente” (M3). M9 também relatou dificuldade com a rede de apoio: “normalmente tenho que pagar alguém ou contar esporadicamente com ajuda, de acordo com a disponibilidade das pessoas. Mas, nada fixo”. M2 identificou os amigos como rede de apoio, enquanto as demais registraram sobre a presença de parentes.

Os dados refletem sobre o impacto da rede de apoio social no histórico de saúde, principalmente, mental. Os dados relacionados a saúde mental das entrevistadas replicaram achados anteriores (URPIA; SAMPAIO, 2009) sobre o desafio posto anteriormente em relação as múltiplas atribuições dessas mulheres (maternidade, atividades domiciliares, vida acadêmica e trabalho externo à universidade) e como ter qualidade de vida e saúde, sobretudo mental. Preocupações relacionadas a estes fatores mostram a importância da rede de apoio enquanto fator de proteção à permanência da mãe no espaço da universidade, assim como grupos com a presença de uma psicóloga mediadora, que pudessem gerar reflexões sobre como enfrentar tais demandas.

3.4 Tema disparador 4 – Permanência na universidade: desafios na relação entre maternidade e universidade

Todas as participantes já pensaram em desistir da universidade por motivos relacionados à maternidade. Dentre as dificuldades encontradas, M1 relatou: “um professor disse que a exigência para passar na matéria era de mais de 20 horas semanais e eu não possuo essa disponibilidade sendo mãe”. M4 reportou que a “falta de empatia de colegas de classe e professores acontece com bastante frequência, a maioria não entende e não se importa”. M5 mencionou a dificuldade para que seu filho dormisse na universidade. Em suas palavras: “não queriam que eu trouxesse um colchãozinho para o meu filho dormir a tarde enquanto estudava”. M2 identificou dificuldades para a obtenção de informações junto aos servidores da universidade: “Quando fui buscar informações sobre as aulas domiciliares, que é um direito da aluna mãe amparado por lei, um atendente do setor X, me disse que a única opção era o trancamento, e quando eu insisti, ele foi grosso comigo”.

No seu relato M7 conta que precisou fazer avaliação substitutiva ou seria reprovada por não ter qualquer pessoa para ficar com seu filho. M9 relatou: “uma professora já fez pouco caso do fato de eu chegar atrasada e precisar sair mais cedo por causa do meu filho mais novo. Acho que essa foi a situação que me senti mais constrangida. Eu pedi para sair mais cedo e fui explicar o porquê chegava atrasada alguns dias e a resposta dela foi eu também tenho filho e não peço para sair mais cedo”. M3 também já pensou em desistir da graduação,

devido à maternidade: “A universidade exige muito. Ser uma boa mãe e educar minha filha. Quando estou na UF eu realmente estou muito sozinha e minha filha também. Não tenho com quem dividir essa responsabilidade”.

Recuperando as preocupações da década de 70 acerca do acesso da mulher brasileira à educação superior, Barroso e Mello (1975) apontaram preocupações relacionadas ao sucesso acadêmico da mulher, em relação aos homens, ao pensar sobre as expectativas do papel feminino ocupado na sociedade brasileira, em relação ao masculino. “Investigações na área da Psicologia sugerem que a socialização do papel feminino afeta as aspirações, expectativas e motivações da mulher em situações da vida adulta. A menina é ensinada a obedecer e a não disputar com o homem” (BARROSO; MELLO, 1975, p.74).

Com a inversão do cenário dos anos 90, em que a preocupação era garantir a alfabetização dos dois terços de crianças meninas, de acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), o aumento do número de mulheres no âmbito da universidade, em relação ao número de homens ingressantes, tem aumentado constantemente (INEP, 2013), o que revela um contexto frutífero para a garantia do discurso de equidade de gênero nesse contexto. Dentre tais dados, apenas de 2% a 4% das mulheres são mães (IBGE, 2015), o que requer uma ação de apoio específica para permanência de tal grupo na universidade e garantia do direito à educação superior.

Todas as mães participantes do estudo já levaram, em algum momento, os seus filhos para a universidade e relataram sobre a sua qualidade de vida anterior e posterior ao ingresso na UF, tal qual a relação entre universidade e maternidade: “Uma diferença inexplicável. Estudar na UF exige tempo de estudo, exige concentração, disciplina e foco. Antes da UF, eu também não tinha minha filha. Eu passei na universidade e logo descobri que estava grávida. Conciliar tudo isso é um desafio enorme (M3)”. M9 relatou: “eu entrei em 2016 e antes da UF eu me sentia mais livre para administrar minha rotina, hoje eu me sinto mais presa”. A participante M1 comentou também sobre a percepção de baixa autoeficácia, diante das diversas demandas: “Hoje, eu não me sinto apenas uma ferramenta de subexistência dos meus filhos. Mas eu não me sinto efetiva em nada. Sou meio mãe, meio estudante, não sinto que me dedico realmente a nada”.

Outro ponto que foi identificado no relato das mães investigadas se referiu à percepção dos benefícios que a universidade poderia fornecer às respectivas vidas pessoais de cada uma delas: “Além de ampliar a minha perspectiva de uma carreira que me dê uma condição de vida mais confortável, estar no epicentro de onde emergem os debates tem me dado a oportunidade de assumir um protagonismo que eu nunca tive na vida” (M2).

M9 também identificou aspectos positivos por estar na universidade:

Se eu não estivesse na UF hoje eu não estaria no estágio que foi meu primeiro contato com cargo de ensino superior. Já tive contato antes, eu fui professora. Mas na escola pública a gente não tem esse luxo que uma empresa privada oferece. Então, é a primeira vez que tenho contato com um perfil de empresa considerado grande empresa, com um cargo ok ... E intelectualmente falando com certeza, muitos benefícios. A UF expandiu bastante minha percepção sobre mim mesma, sobre a maternidade (até porque sou ativa na causa das mães dentro da universidade) e sobre o mundo mesmo, sobretudo.

Sobre a percepção da relação entre maternidade e desempenho acadêmico, foram extraídos os excertos abaixo das entrevistas realizadas com as mães. M3 coloca que: “Por um bom tempo me culpei por não cuidar de meus filhos direito, ou estar cansada demais para dar-lhes atenção, mas quem é perfeito? M9 também comentou sobre as dificuldades de conciliar a maternidade com a vida acadêmica: “Eu não posso ficar com eles integralmente porque tenho que estudar e trabalhar. Tento ter um olhar mais otimista para isso, mas ainda é muito difícil.”

As participantes M2, M3, M4 e M5 reportaram receber algum apoio financeiro da universidade para sua permanência, em termos de assistência estudantil: “Atualmente eu recebo bolsa permanência, auxílio creche, bolsa alimentação e bolsa de extensão. Tudo dá uns R\$950,00, é uma das rendas centrais da casa, sem isso eu não conseguiria me manter estudando, e nem em São Paulo” (M2). “Atualmente, eu recebo bolsa auxílio-creche no valor de R\$150,00 e auxílio permanência no valor de R\$400,00, pela UF. Fora isso, a universidade não oferece mais nada em relação a maternidade” (M9). As mães relataram que gostariam de alternativas para auxiliar sua permanência e conclusão de curso na universidade. M3 explicou que a UF poderia ajudá-la “olhando a questão da permanência e da sua vida no geral [...] se eu não tivesse filho, diria que está como deveria estar, mas como eu tenho uma filha, poder ter acesso à aula seria ótimo”.

Considerando o número de mulheres nas universidades, atualmente, questiona-se sobre as políticas de proteção de gênero, no sentido de garantir a permanência desse público, principalmente, quando se trata da questão da maternidade. A pesquisa de Estatísticas do Registro Civil divulgada pelo IBGE (2015) mostrou que de um total de 100% de mães com filho(s) com vida(s), em torno de 60% pertencem aos grupos de mulheres com idades entre 20-24 e 25-29 anos. Porém, ao correlacionar esse porcentual com o de mulheres que frequentam ou concluíram a educação superior em universidades públicas, apenas 2% a 4% dessas mulheres são mães.

Estratégias documentadas em estudo anterior (BEELEER et al., 2019) dialogaram diretamente aos dados identificados nesse tópico e se referiram às ações concretas inclusivas para permanência das mães após o período de licença, enquanto políticas adicionais de apoio destinadas à assistência à infância. São elas: a) creches próximas ou espaços de convivência na universidade, em que as crianças possam permanecer

durante o período de atividades acadêmicas, 2) flexibilidade no acesso ao currículo e na frequência presencial (como, videoconferência, horários de atividades negociáveis entre professor e estudante, tecnologias que favoreçam a pesquisa, o ensino e a extensão em suas residências), 3) financiamento (como os auxílios relatados pelas estudantes e, além de tais auxílios, no estudo de Beeler et al., 2019 foi documentada uma espécie de bônus da mãe para ser utilizado para fins pessoais que contribuisse com os cuidados dos filhos), 4) rede de apoio social, 5) iniciativas de desenvolvimento de carreira, principalmente em relação à transição entre universidade, pós-graduação e mercado de trabalho. Assim sendo, o fator maternidade tem sido discutido, ainda que de maneira embrionária e mostra a urgência de uma política de ação afirmativa relacionada ao gênero, em seus comitês gestores, de acordo com estudo prévio (BEELER et al., 2019).

4 Conclusão

A proposta deste trabalho envolveu criar condições para refletir sobre o espaço das mães em uma universidade pública brasileira, a partir das suas histórias de vida, enquanto protagonistas do seu processo educacional. Além disso, o trabalho também se propôs a identificar, nos relatos das mães, quais eram os fatores de proteção que contribuíam em sua permanência na universidade para que auxilie a equidade aos demais estudantes. Também procurou identificar os desafios e as estratégias que cada uma delas utilizavam para superá-los. Os dados geraram uma reflexão e discussão sobre o gênero como uma categoria relacional que levanta compreensões acerca de desigualdades estruturais, somadas às questões de raça, nível socioeconômico e idade, resultando em desigualdades que se conectam no contexto brasileiro.

Os dados levantados no estudo, sobretudo em relação às múltiplas atribuições (profissionais e pessoais) e jornadas das mães universitárias (Tema Disparador 1), enquanto atividades próprias da maternidade, domésticas, acadêmicas e profissionais extra universidade geraram reflexões preocupantes sobre a qualidade de vida e saúde mental de tal público (Tema Disparador 3), assim como, sobre o impacto das múltiplas jornadas no rendimento acadêmico, podendo chegar ao jubramento (Tema Disparador 2).

Outro ponto levantado se refere ao debate sobre as barreiras atitudinais dos professores envolvidos no processo educacional das mães, de acordo com os desafios postos no Tema Disparador 4. Discutir sobre os impactos da maternidade no desempenho acadêmico, em termos de formação continuada docente parece ser uma estratégia importante nesse contexto. Criar políticas de permanência sistemáticas que garantam o processo inclusivo das mães, por meio da institucionalização das tomadas de decisões também podem contribuir para superar os preconceitos e atitudes discriminatórias relacionadas ao fator maternidade, como por exemplo, a flexibilização curricular.

Os fatores de proteção identificados para enfrentar

os desafios postos nesses cenários (Tema Disparador 4) envolveram o apoio a uma rede social, como familiares, amigos e profissionais, o estabelecimento de um local para convivência dos filhos, no âmbito universitário, programas de qualidade de vida e apoios relacionados à saúde mental e rede de apoio social, assistência psicológica, auxílios financeiros e flexibilização curricular. Assim sendo, espera-se que os dados coletados contribuam para uma possível sistematização de informações sobre a situação de mães universitárias da UF, de modo a criar ações concretas que visem a implementação de políticas de proteção para tal demanda, visando a equidade de todas as mães universitárias presentes no contexto acadêmico.

Referências

- ANDRADE, C.; PRAUN, L.; AVOGLIA, H. R. O sentido do trabalho para mulheres após a licença maternidade: um estudo com profissionais de educação. *Semina Ciênc. Soc. Hum.*, v.39, n.2, p.147-158, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n2p147>.
- BARROSO, C.L.M.; MELLO, G.N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cad. Pesq.*, n.15, p.47-77, 1975.
- BEELER, W.H. et al. Institutional report cards for gender equality: lessons learned from benchmarking efforts for women in STEM. *Cell Stem Cell*, v.25, n.5, p.306-310, 2019. doi: <https://doi.org/10.1016/j.stem.2019.08.010>.
- BRASIL Ministério da Educação. Os desafios para acelerar o ritmo e a direção da expansão da educação superior. Brasília: INEP, 2017.
- DYBLE, Mark et al. Sex equality can explain the unique social structure of hunter-gatherer bands. *Science*, n.348, p.796-798, 2015. doi: <https://doi.org/10.1126/science.aaa5139>
- ECKLUND, E.H.; LINCOLN, A.E. Scientists want more children. *Plos One*, v.6, n.8, p.1-4, 2011. doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0022590>.
- FEDERICI, S. Caliba e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- GARCIA, C.C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011.
- IBGE. Estatísticas do registro civil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- INEP. Censo da educação superior 2011 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
- INEP. Censo da Educação Superior 2019 – Divulgação dos Resultados. Brasília: MEC, 2020.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p.67-75.
- LAURENTI, C. et al. Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, v.27, n.2, p.251-268, 2019.
- MENEZES, R.S. et al. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. *Construção Psicop.*, v. 20, n.1, p.23-47, 2012.
- PARENT IN SCIENCE. 2019. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI,

- L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p.7-42.
- SILVA, F.F.; RIBEIRO, P.R.C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciênc. Educ.*, v.20, n.2, p.449-466, 2014. doi: <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>
- SOUSA, L.P.; GUEDES, D.R.G. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, v.30, n.87, p.123-139, 2016. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
- STANISCUASKI, F. et al. Impact of COVID-19 on academic mothers. *Scie.*, v.368, n.6492, p.724-724, 2020. doi: <https://doi.org/10.1126/science.abc2740>
- URPIA, A.M.O.; SAMPAIO, S.M.R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade? *Vida universitária. Recôncavos (Cachoeira)*, v.3, p.30-43, 2009.
- UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: Unesco, 1990.
- VANALLI, A.C.G.; BARHAM, E.J. Após a licença maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão das demandas familiares *Psicol. Soc.*, v.24, n.1, p.130-138, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100015>.
- WERMELINGER, M. et al. A força de trabalho do setor de saúde no Brasil: focalizando a feminização. *Rev Divulg. Saúde para Debate*, v.45, 54-70, 2010.